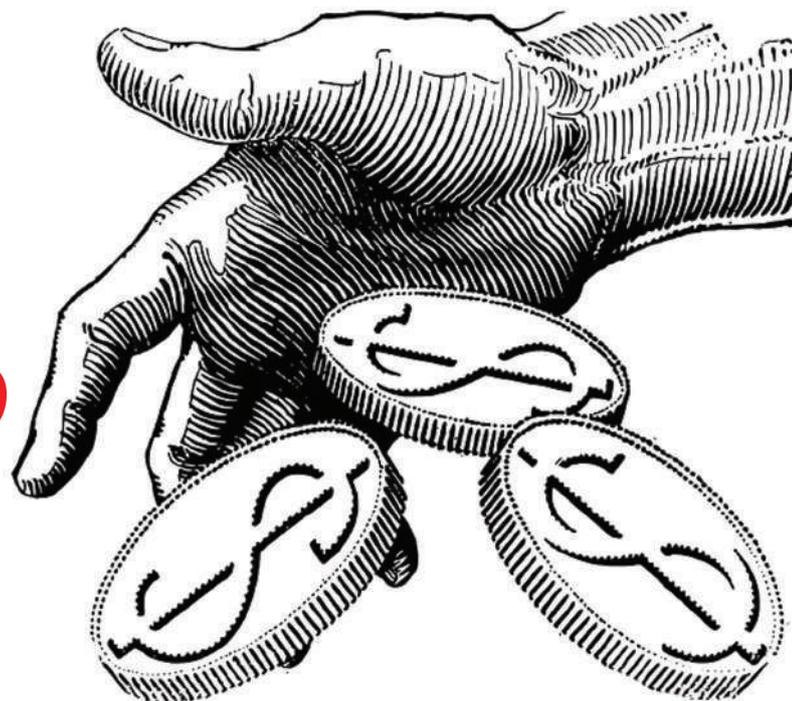


CONTRA O FAVORECIMENTO DA ESPECULAÇÃO E DA BANCA

Defender o direito à Habitação



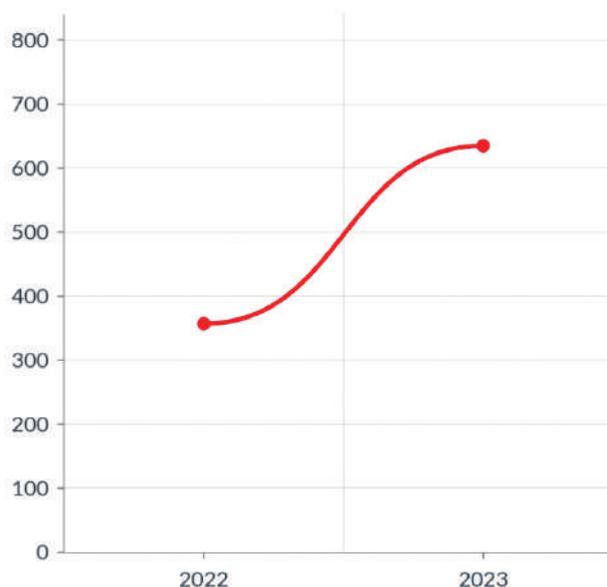
Cada vez menos um direito

1 milhão e 100 mil

pessoas têm crédito à habitação



Aumento da prestação da casa



357 euros era o valor da prestação, no início de 2022, de um crédito de 150 mil euros com a taxa Euribor a seis meses (de Janeiro deste ano) com um por cento de *spread*, pelo prazo de 37 anos. Pelo mesmo crédito, com as mesmas condições, paga-se hoje 635 euros



37%

é quanto, em média, se paga de juros na prestação mensal do crédito à habitação



18,7%

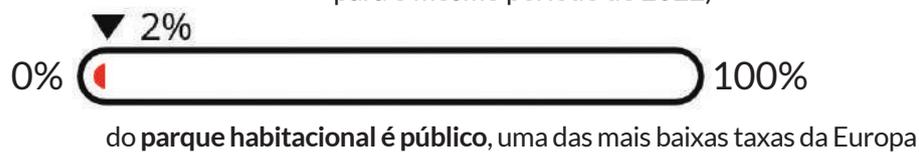
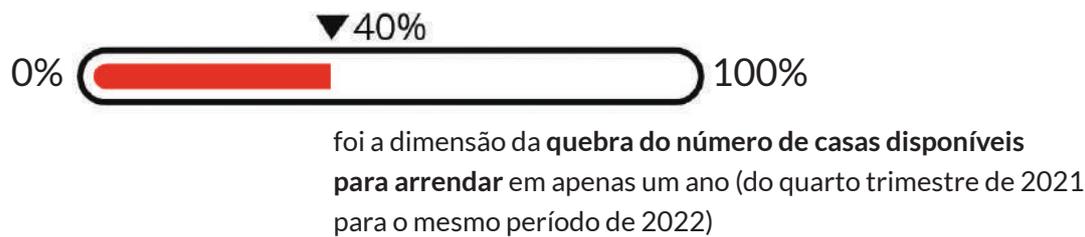
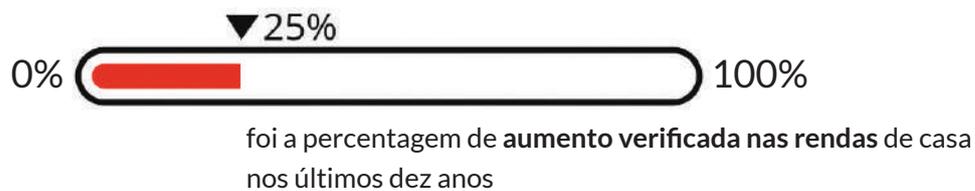
foi o aumento verificado no preço de venda da habitação em 2022, a maior variação anual dos últimos 30 anos



60%

foi quanto aumentaram os preços da habitação nos últimos dez anos (dados de 2021)

foi quanto os principais bancos lucraram em Portugal, só nos primeiros nove meses de 2022 (mais 80% do que em igual período do ano anterior)



 **1336** é o número de **processos de despejo** já tramitados pelo Balcão do Arrendamento, estando prontos a serem executados

O PCP tem soluções...

- Travar a subida das prestações das famílias pondo os lucros dos bancos a suportar as subidas das taxas de juro
- Fixar o limite máximo da prestação em 35% do rendimento mensal do agregado familiar (taxa de esforço)
- Criar uma moratória, por um máximo de 2 anos, suspendendo a amortização do capital e pagando juros a uma taxa igual àquela a que os bancos se financiam
- Converter o crédito em arrendamento com possibilidade de retoma do empréstimo no prazo de 10 anos, descontando as rendas pagas
- Fixar em 0,25% o spread na Caixa Geral de Depósitos
- Investir no alargamento do parque habitacional público, no regime de renda apoiada
- Revogar o Novo Regime de Arrendamento Urbano
- Limitar o aumento das rendas em 0,43% para os actuais e novos contratos de arrendamento
- Impedir despejos na sequência de penhoras ou execução de hipotecas
- Promover um parque habitacional a custos e qualidade controlados, destinado ao regime de renda condicionada
- Criar programas cooperativos destinados à recuperação e reabilitação
- Posse administrativa, em áreas de declarada carência habitacional, sobre fogos devolutos que sejam propriedade de fundos imobiliários
- Criação de limites à aquisição de habitações por fundos imobiliários
- Limitação, em áreas de declarada carência de habitações, da mobilização de habitações para uso de Alojamento Local

... que PS, PSD, Chega e IL rejeitam

Governo semeia ilusões

As medidas recentemente anunciadas pelo Governo continuam a tratar a habitação como uma mercadoria sujeita ao mercado especulativo, em prejuízo do direito constitucional à habitação. Com elas, o Governo:

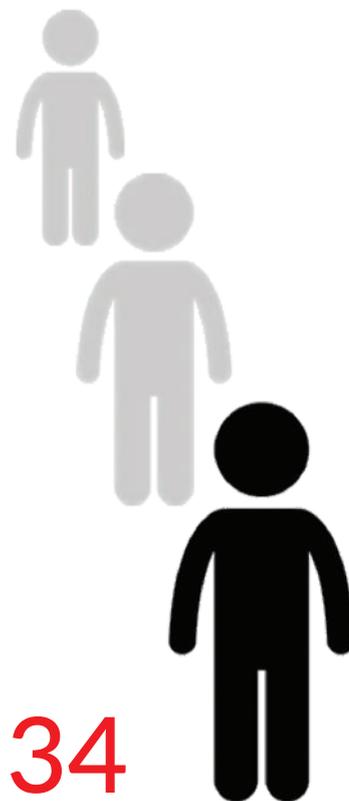
- introduz novos benefícios fiscais sobre rendimentos prediais, com **enormes vantagens para os grupos económicos** e os grandes detentores do património imobiliário;
- **mantém, no essencial, a Lei imposta pelo PSD/CDS** durante a intervenção da troika (conhecida por Lei dos Despejos), que levou os preços das rendas até ao limite, com a agravante de se vir a colocar a Autoridade Tributária como instrumento de cobrança de rendas aos inquilinos;
- confirma que o **valor das rendas continuará a subir** nos novos contratos;
- cria uma medida supostamente para enfrentar o agravamento das taxas de juro que é, na prática, uma **carta branca para que os bancos continuem a escalada no valor das prestações** e alcançar lucros astronómicos, com a promessa de que parte deles será paga com recursos públicos;
- **mantém o conjunto de regimes fiscais de privilégio**, como é o caso dos residentes não habituais, com excepção da tardia eliminação dos Vistos Gold;
- insiste no **carácter limitado da construção e promoção de habitação pública**, sem que se mobilizem outros recursos para lá do PRR.

... e já não é de hoje

As medidas agora anunciadas não foram as únicas feitas pelos governos do PS. Outras, anteriores, levou-as o vento:

- em 2017, o então ministro com a tutela da Habitação, Matos Fernandes, anunciou 170 mil habitações num horizonte de oito anos;
- em 23 de Abril de 2018, foi o próprio primeiro-ministro a garantir a adopção de um plano de acção para acabar com as carências de habitação em Portugal em seis anos;
- já em Setembro de 2022, a então Secretária de Estado da Habitação, a actual ministra Marina Gonçalves, reafirmou esse objectivo de «aumentar de dois para cinco por cento [o parque habitacional público]».

Até agora, nada...



é a idade média dos jovens portugueses quando **saem da casa dos pais**. É a média mais alta da União Europeia (a média da UE é de 26)



723 mil é o número de **casas devolutas** em Portugal

